

Editorial

Nas instituições universitárias de todo o mundo, a pós-graduação é *locus* privilegiado para produção de conhecimento e formação de pesquisadores. No Brasil este nível educacional recebe apoio de agentes como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que têm fomentado a produção científica neste ambiente, contribuindo para consolidar o sistema nacional de Pós-Graduação e projetar o país no cenário científico internacional. Neste processo, as universidades comunitárias – como a Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) – têm conquistado seu espaço, por meio de novos canais de publicização da sua produção.

Observando tal contexto, aliado às perspectivas para divulgação da produção científica interdisciplinar da UNESC, bem como o intercâmbio com outras IES e pesquisadores, o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico criou a Revista Desenvolvimento Socioeconômico em Debate (RDS D), com proposta de divulgar estudos correlacionados ao Desenvolvimento e às Políticas Públicas, sem distinção de teorias, abordagens, métodos, temáticas e objetos de pesquisa.

E para abrir o primeiro volume da Revista, apresentamos o manuscrito do Professor José Henrique de Faria, intitulado *Desenvolvimento Socioeconômico e Interdisciplinaridade*, que tem por objetivo esclarecer a correlação de nossa temática central com a questão da interdisciplinaridade. Iniciando o texto, o autor apresenta as diferenças entre disciplinaridade, pluridisciplinaridade, multidisciplinaridade, transdisciplinaridade e interdisciplinaridade. No entendimento do autor, após explicitar os diferentes conceitos, ele afirma que o procedimento adotado nos estudos sobre desenvolvimento da sociedade é interdisciplinar na medida em que consiste na interação dos diversos campos do saber no estudo de um fenômeno de tal forma que as disciplinas operam conjuntamente, ao mesmo tempo, em uma direção convergente.

O segundo estudo é do pesquisador Sandro Pereira Silva, que trata do processo de *concepção e implementação dos Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSADs) no Brasil*, a partir de uma nova abordagem de ação governamental, por

meio de políticas públicas com foco em territórios de incidência específicos, consideradas inovações no campo normativo. Aponta o autor que os consórcios foram implementados a partir do Programa Fome Zero. O pesquisador também confere destaque a outro fator importante de inovação na estratégia apresentada, que é a forma diferenciada de combate à fome e à insegurança alimentar nas regiões menos favorecidas do país.

Em seguida, temos no ensaio teórico de Daiane Kachuba e Mariângela Alice Pieruccini, que analisam as *principais estruturas teóricas a respeito do consumo, propostas pelas ciências econômicas*. As autoras apresentam um comparativo dos principais modelos de análises, uma vez que o capitalismo estimula o aumento da competição entre os agentes, enquanto as empresas buscam a ampliação do mercado com o lançamento de novos produtos. Observaram que nas discussões clássicas, tanto “A riqueza das nações” de Smith (1983) quanto “Os princípios de economia” de Marshall (1982) constituem um marco no desenvolvimento das ideias econômicas e representam a transição para a Economia moderna, além de serem pontos de referência para o estudo dos fundamentos da Economia Política. Há também menção a obra de Pareto e o estudo sobre a distribuição de renda, no qual percebeu que a riqueza não era uniformemente distribuída e de Veblen (1983), precursor da escola Institucionalista, cuja obra permitiu a autoras observar que a distribuição equânime dos bens e da renda deveria ser defendida a partir de reformas democráticas, uma vez que o sistema de preços e as forças de mercado não alocavam os recursos de melhor forma. Na teoria proposta por Keynes - a “Teoria geral do emprego, do juro e da moeda” apontam as autoras que enfatiza a demanda agregada que, no curto prazo, determina o produto. E por fim apresentam a visão da Teoria da Dinâmica Econômica de Kalecki, explica como, nas economias capitalistas, sendo dadas suas condições próprias de produção, a renda nacional e cada um de seus componentes, lucros, salários, consumo e investimento são determinados.

O quarto estudo, *Brazilian agricultural activities facing foreign direct investment* é assinado por Tamara Esteves de Oliveira, David dos Santos de Freitas e Eduardo Antunes Dias, que promoveram um *review* acerca dos investimentos internacionais na agricultura brasileira, bem como seus impactos nas atividades de produção de alimentos, incluindo a questão da segurança alimentar. Em seguida, os autores promovem correlações de variáveis com os investimentos diretos tais como a disponibilidade de terras aráveis, a produção de grãos e criação animal, o emprego no campo e o preço dos alimentos.

O quinto artigo é resultado de um estudo conjunto de pesquisadores brasileiros e italianos. Rosa Caiazza, Francisco Ebeling e Graziella Ferrara investigaram que fatores levam à mudança ou à inércia tecnológica tomando como ponto de partida a perspectiva neoinstitucionalista de que a dependência da trajetória afeta o curso de difusão de inovações tecnológicas. A partir dos pressupostos apontados por Douglas North discorrem os autores que os estudos neoinstitucionalistas, especialmente os da escola histórica, abraçaram a perspectiva da dependência da trajetória (*path dependence*) a fim de explicar como as instituições afetam a dinâmica dos processos sociais. Na concepção apresentada pelos autores os *policy-makers* podem apoiar a difusão de inovações através de políticas gerais, do lado da oferta e da demanda, por meio de medidas econômicas, jurídicas, estruturais e culturais. Discorrendo sobre este cenário os autores combinam os modelos de difusão de tecnologia e tipos de políticas governamentais, de forma a apresentar um quadro geral para explicar o sucesso e o fracasso na difusão de uma nova tecnologia ou de uma inovação. Apresentam tipologia de países e/ou regiões, em que relacionamos o modelo de dependência da trajetória determinista e o “*development approach*” com, respectivamente, sucesso e fracasso na difusão de novas tecnologias. Nas conclusões consideram que se deve ter cuidado com as vantagens comparativas. Esta deve ser como Stiglitz concebe – ou seja, “o que importa é a vantagem comparativa dinâmica, ou a vantagem comparativa a longo prazo, que pode ser moldada”.

O sexto artigo *A situação da cadeia produtiva do etanol em Mato Grosso do Sul a partir da crise mundial 2008* é de autoria de um grupo de pesquisadores da UFGD, Eliotério Fachin Dias, Madalena Maria Schindwein, Luciana Ferreira da Silva e Clandio Favarini Ruviano. O texto analisa a cadeia produtiva do etanol à luz da Nova Economia Institucional e Economia dos Custos de Transação, além das teorias da firma, governança, eficiência e competitividade, visando identificar possíveis políticas públicas orientadas para a recuperação do setor. Em suas considerações apontam que a crise financeira mundial de 2008 e a descoberta do “petróleo pré-sal” mudaram os rumos do setor sucroenergético brasileiro, provocando a perda de sua competitividade, sustentabilidade, eficiência e lucratividade. Ainda, segundo os autores a cadeia analisada foi prejudicada pela falta de uma política governamental de apoio e incentivo à produção de combustíveis renováveis, como o etanol. Nas conclusões há o entendimento de que a cadeia produtiva brasileira da cana-de-açúcar não tem sido sustentável nos últimos anos, em termos econômicos, comprometendo a remuneração, competitividade, a manutenção de empregos, e o crescimento do setor.

O sétimo artigo *A obrigação dos entes federados ao fornecimento de medicamentos experimentais*, assinado por Vanessa Desirée Gallas e Letícia Lassen Petersen, traz uma visão mais jurídica, para analisar a obrigatoriedade do fornecimento e financiamento público de medicamentos experimentais, à luz da discussão do direito fundamental à saúde, no estado do Rio Grande do Sul. Esta escolha das autoras e delimitação temática, consiste na análise das decisões judiciais do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJ/RS). Analisaram ao longo dos textos as Câmaras do TJ/RS verificando que o entendimento das mesmas está dividido quanto à concessão de medicamentos experimentais. Pela sistematização realizada, concluíram que o posicionamento adotado pelo TJ/RS encontra-se dividido, uma vez que a metade dos julgados acaba por inculir ao Estado a obrigatoriedade de fornecimento de medicamento experimental e a outra parcela entende não ser dever do estado o custeio deste tipo de medicamento.

O artigo que fecha esta primeira edição é derivado de uma pesquisa coletiva de Flávio Sacco dos Anjos, Nádia Velleda Caldas e Cíntia de Oliveira. Os autores analisaram o impacto das *políticas públicas de incentivo à produção artesanal no extremo sul do Brasil*. O estudo foi baseado em entrevistas realizadas com agricultores familiares de municípios da região de Pelotas-RS. Com base nelas, os autores observaram que programas desta natureza não conseguem atingir seus objetivos sem ações articuladas, coordenadas e consistentes, pois afeta o financiamento dos empreendimentos, o apoio à qualificação dos processos produtivos, o acesso aos mercados, a formação profissional e o ambiente institucional. Ainda entendem os autores que todos os programas apresentados serão sempre muito limitados, quanto aos seus respectivos alcances, se persistir o atual quadro de desarticulação com outras políticas de apoio ao setor familiar da agricultura nacional.

Concluindo este editorial inaugural, queremos agradecer a todos os envolvidos na concretização deste projeto: Pró-Reitoria de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão (PROPEX), Direção da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais Aplicadas (UNACSA), Coordenação e colegiado do PPGDS, colaboradores da Editora da UNESC, membros do conselho editorial, e em especial, pesquisadores que escolheram a RDS D como canal para divulgação de seus estudos. Muito Obrigado!

Desejamos a todos uma boa leitura e reflexões para futuras pesquisas.

Miguelangelo Gianezini e Adriana Carvalho Pinto Vieira

Editores Executivos da Revista RDS D